

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / UFAL
INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO / IC

Ata da Reunião Plenária Extraordinária do Instituto de Computação da UFAL, realizada em 20 de abril de 2018.

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de Reuniões do Instituto de Computação, reuniu-se o Pleno do IC, sob a presidência do Vice-Diretor do IC, Professor Davi Bibiano Brito, com a presença dos professores: Xu Yang, Heitor Judiss Savino, Fábio Paraguaçu Duarte da Costa, Evandro de Barros Costa, João Raphael Souza Martins, Balduino Fonseca dos Santos Neto, Erick de Andrade Barboza, Lucas Benevides Viana de Amorim, Alan Pedro da Silva, Thiago Damasceno Cordeiro, Marcelo Costa Oliveira, Almir Pereira Guimarães, Ícaro Bezerra Queiroz de Araújo, Alcino Dall' Igna Júnior, Leandro Dias da Silva, André Lage Freitas, Leonardo Viana Pereira, Heitor Soares Ramos Filho, Willy Carvalho Tiengo, Rodrigo de Barros Paes, Aydano Pamponet Machado, Fábio José Coutinho da Silva, Roberta Vilhena Vieira Lopes, Petrucio Antonio Medeiros Barros, dos discentes Alfredo Lima Moura Silva, Eduarda Tatiane Caetano Chagas, Vanessa Soares Vieira, Thiago Carvalho Miranda, representantes do Diretório Acadêmico do IC e dos técnico-administrativos Simone Cavalcante de Oliveira, Marcelo de Gusmão, tendo como pauta: 1) Definição de banca de concurso para professor efetivo do IC, 2) Atualização do Plano de Desenvolvimento do Instituto de Computação; 3) Divulgação dos critérios de concessão de auxílio para eventos; 4) Pedido de afastamento para pós-doutorado do professor Leandro Sales; 5) Escala de férias de docentes; 6) Relatório de atividades da comissão de estudos de pós-graduação; 7) Homologação do Decano na Vice-Direção do IC; 8) Outros assuntos; 9) Pedido de esclarecimentos relativos a disciplina Princípios de Comunicação; 10) Critérios de remoção de docente. Iniciando a Sessão, o Senhor Presidente apresentou a pauta e informou que o quarto assunto foi retirado a pedido do interessado, para a inclusão de documentos. Na sequência, o Pleno aprovou por unanimidade o teor das atas das reuniões plenárias dos dias cinco de fevereiro, vinte e três de fevereiro e dezoito de março, encaminhadas anteriormente por email para apreciação. Tratando do primeiro ponto da pauta, o Presidente esclareceu sobre o concurso para professor efetivo do IC, regido pelo Edital nº 16, de 09 de março de 2018, e explanou sobre aspectos de vínculos entre candidatos e professores do Instituto. Na oportunidade, propôs uma votação para decidir se a banca do concurso teria um ou dois membros externos. O professor Evandro Costa perguntou se havia alguma recomendação da UFAL referente à participação de examinadores externos. O Vice-Diretor respondeu que não havia restrição relacionada à quantidade de membros externos. Em seguida, informou os nomes dos professores do IC que não declararam impedimento de fazer parte da banca examinadora, os docentes André Luiz Lins de Aquino, Fábio José Coutinho da Silva, Fábio Paraguaçu Duarte da Costa, Leonardo Viana Pereira e Rodrigo de Barros Paes. Ele também apresentou o nome da professora Rosana Teresinha Vaccare Braga, da Universidade de São Paulo (USP), como sugestão de examinadora externa. O professor Lucas Benevides argumentou que, pela quantidade de ex-alunos inscritos no concurso, seria prudente uma maior participação de membros externos. O professor André Lage sugeriu o professor Orivaldo Vieira de Santana Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como segundo examinador externo. O Pleno decidiu, com dezesseis votos e uma abstenção, acatar a proposta de formação de banca com os dois membros externos. Em seguida, deliberou pela realização de uma votação para escolher o examinador interno e os respectivos suplentes, entre os cinco nomes apresentados anteriormente. Foram mais votados os professores Rodrigo de Barros Paes e Fábio Paraguaçu Duarte da Costa, com dezoito e quinze votos, respectivamente, seguidos dos professores Fábio José Coutinho da Silva, com oito votos, André Luiz Lins de Aquino, com seis votos, e Leonardo Viana Pereira, com quatro votos. Após esclarecimentos e discussões, o Conselho do Instituto de Computação homologou a composição da banca examinadora formada pelos professores Rodrigo de Barros Paes, do Instituto de Computação da UFAL, Rosana Teresinha Vaccare Braga, da USP, e Orivaldo Vieira de Santana Júnior, da UFRN, tendo como suplentes os professores do Instituto de Computação Fábio Paraguaçu Duarte da Costa e Fábio José Coutinho da Silva. O professor Rodrigo Paes assumiu a responsabilidade, como presidente da banca, de tentar trazer para o IC pessoa com perfil de pesquisa. Tratando do segundo ponto da pauta, o Presidente apresentou o Plano de Desenvolvimento da Unidade Acadêmica (PDU) do IC, para apreciação. Na oportunidade, falou da necessidade de atualizar o referido documento, propondo montar uma comissão para trabalhar na

Ata

J

56 atualização do PDU, e informou que o professor Olival de Gusmão Freitas Júnior se predispôs a
57 fazer parte da referida comissão. O Vice-Diretor ressaltou que a comissão será responsável pela
58 análise do cumprimento de metas e da necessidade de definir novas metas. O Pleno acatou a
59 proposta de comissão formada pelos professores Olival de Gusmão Freitas Júnior, Alcino Dall' Igna
60 Júnior, Alan Pedro da Silva, Leonardo Viana Pereira, Davi Bibiano Brito e Heitor Judiss Savino. O
61 professor Willy Tiengo argumentou que o passo anterior à elaboração do PDU deveria ser um
62 planejamento estratégico. O mesmo docente disse que nunca presenciou discussão sobre o PDU do
63 IC e, considerando que o PDU já está atrasado, recomendou amadurecer os estudos para construir
64 um documento bem elaborado. O professor Fábio Paraguaçu propôs a fixação de prazo para a
65 comissão apresentar resultados. O professor Evandro Costa enfatizou que existe um planejamento
66 estratégico do Instituto, o qual precisa ser atualizado. O professor Alan Pedro destacou que a
67 atualização do PDU constituía uma demanda da gestão central para concluir a atualização do Plano
68 de Desenvolvimento Institucional da Universidade (PDI/UFAL). O professor Lucas Benevides
69 sugeriu atualizar o PDU para atender ao pedido da reitoria e, em seguida, definir um planejamento
70 estratégico que sirva de base para uma nova atualização do PDU. O professor Willy Tiengo avaliou
71 que em três reuniões plenárias poderia ser gerada informação suficiente para a comissão redigir o
72 documento e sugeriu definir como meta a realização do planejamento estratégico até o mês de julho,
73 com a mediação de pessoa externa que tenha metodologia para conciliar pontos de vistas diferentes.
74 Na oportunidade, o Presidente propôs que o PDU seja atualizado a partir do planejamento
75 estratégico e que, ao invés de uma comissão, seja o próprio Conselho do Instituto que trabalhe na
76 sua atualização. Ele argumentou que a pauta da próxima plenária será exclusivamente a
77 homologação do resultado do concurso para professor efetivo e sugeriu que, havendo
78 disponibilidade de docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), a
79 reunião do dia vinte e cinco seja a primeira do planejamento estratégico do IC. Seguiram-se
80 discussões relacionadas ao cronograma, despesas de consultoria, local externo para realizar o
81 planejamento estratégico e fonte de recursos provenientes de contrapartida de execução de projeto
82 de lei de informática. A professora Roberta Vilhena sugeriu realizar o planejamento no próprio
83 Instituto em época de recesso de aulas e direcionar os referidos recursos de contrapartida de projeto
84 para benefícios do próprio Instituto. O Pleno decidiu em votação, por unanimidade, que a reunião
85 de planejamento estratégico será realizada na primeira semana de junho e que, a partir dos
86 resultados desse planejamento será gerada a nova versão do PDU do IC. Tratando da escala de
87 férias de docentes, o Vice-Diretor reportou que a UFAL não cumpre muito bem a legislação que
88 trata da definição dos períodos de férias dos professores. Citando a legislação, ele afirmou que as
89 férias dos professores devem ocorrer dentro dos períodos de recesso escolar. O Vice-Diretor
90 destacou instituições que vedam a marcação de férias em períodos letivos, salvo indicação de
91 substituto, com aprovação em plenária. Na oportunidade, ele mencionou legislação e manual
92 específico para carreiras docentes federais que flexibilizam marcação de férias para coincidir com
93 períodos de recessos escolares de filhos. O Presidente também argumentou que não queria propor
94 um engessamento e esclareceu que a chefia imediata fica responsável pela definição da escala de
95 férias do Instituto. Haja vista a identificação de casos de marcação de quarenta e cinco dias
96 totalmente inseridos no período letivo, ele recomendou não marcar períodos de quarenta e cinco
97 dias corridos em épocas de aulas, salvo mediante justificativa com indicação de professor substituto
98 ou de cronograma de reposição de aulas. Por fim, recomendou prudência na definição dos períodos
99 de férias. Tratando do terceiro ponto da pauta, o Presidente informou que foi montada uma
100 comissão para definir critérios para concessão de diárias e passagens para a participação de
101 docentes do IC em eventos acadêmicos. O professor Evandro Costa sugeriu que os parâmetros
102 elencados pela comissão fossem apresentados para discussão. O Vice-Diretor informou que o
103 primeiro critério constitui a publicação em eventos com *qualis* maior ou igual a B1, que possam
104 contribuir com a pós-graduação do IC e envolva a participação de alunos. O mesmo docente
105 informou que o segundo critério consiste no envolvimento de publicação em eventos com a
106 participação de alunos. O professor Marcelo Oliveira propôs pautar as discussões sobre esse assunto
107 para a próxima reunião plenária. O professor Rodrigo Paes sugeriu balizar os critérios por causa da
108 limitação de recursos, considerando, além de critérios de elegibilidade, a rotatividade. O professor
109 Heitor Soares argumentou que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
110 (CNPq) estabelece critérios de aceitação de propostas de apoio financeiro e sugeriu submeter à

Atta

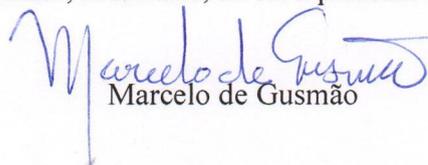
111 apreciação dos colegiados os casos envolvendo programas cuja importância não pode ser avaliada
112 por meio de *qualis*. O professor Evandro Costa falou da pertinência da proposta do professor Heitor
113 Soares e sugeriu a contribuição de mais pessoas para o amadurecimento dos critérios. O Pleno
114 acatou a sugestão de coletar propostas e trazer uma síntese para discussão em uma próxima reunião.
115 Continuando, tratando da comissão de estudo da pós-graduação do IC, o Presidente informou que a
116 reunião da referida comissão foi remarcada para o dia vinte e seis de abril, devido a impedimentos,
117 e apresentou a resposta da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) ao memorando do
118 Instituto solicitando consulta à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
119 (CAPES) sobre as orientações a serem seguidas com relação às alternativas para os programas de
120 pós-graduação do IC. Ele passou a palavra aos membros da comissão, para esclarecimentos. O
121 professor Aydano Machado relatou que as duas reuniões realizadas pela comissão discutiram idéias
122 relacionadas ao que existe e o que pode ser feito e concluiu por meio de pesquisa que a fusão dos
123 programas era possível. Porém, decidiu consultar à CAPES para obter maior respaldo. Ele afirmou
124 que a comissão precisava de mais informação para consolidar os resultados dos estudos e de mais
125 uma reunião para chegar a um consenso e poder encaminhar o resultado ao Conselho do Instituto. O
126 professor Leandro Dias historiou sobre os prazos concedidos à comissão e questionou o que havia
127 sido feito até agora. O professor Evandro Costa apresentou os motivos de não ter havido a última
128 reunião e frisou que o trabalho da comissão evoluiu muito bem e que seria prudente escrever um
129 relatório respaldado em comum acordo. O mesmo docente justificou que os trabalhos envolvendo
130 os relatórios dos programas de pós-graduação geraram atrasos, mas a próxima reunião encerraria as
131 discussões para a elaboração do documento a ser encaminhado ao Pleno. O professor Balduino
132 Fonseca salientou que o prazo da comissão se alongou demais e enfatizou que a pós-graduação do
133 Instituto está definhando. O professor Heitor Soares afirmou que a comissão tem trabalhado e
134 indagou se seria cabível o abandono dos relatórios do sistema sucupira para priorizar os trabalhos
135 da comissão. Ele argumentou que a decisão a ser tomada pela comissão era complexa e envolvia
136 consulta à CAPES. O mesmo docente disse que a transição ocorreria lentamente, considerando que
137 a fusão ou transferência de programa para outra unidade demoraria a acontecer por depender de
138 prazos relacionados ao Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN). O professor Thiago
139 Cordeiro ressaltou que se havia um prazo a ser cumprido pela comissão, a mesma deveria ter
140 retornado um relatório para ser discutido no Conselho do Instituto. O Presidente recomendou o
141 período até o dia vinte e cinco de maio como um prazo viável e afirmou que a comissão precisava
142 direcionar o caminho a ser seguido pela pós-graduação, para ser inserido no planejamento
143 estratégico do IC. O professor Evandro Costa reportou que a comissão ainda não tem respostas
144 objetivas, mas estava substanciando consideravelmente as discussões. Ele manifestou otimismo
145 com relação aos trabalhos desenvolvidos e justificou as razões do atraso, reafirmando que as
146 atribuições da comissão estão sendo cumpridas. O professor Alcino Júnior argumentou que se a
147 fusão era viável, caberia ao Conselho do IC defini-la como opção primária mais favorável ao
148 Instituto. O professor Thiago Cordeiro afirmou que o Instituto tem que começar a cobrar a
149 conclusão dos trabalhos das comissões e pediu desculpas pela sua manifestação de preocupação
150 com a pós-graduação do IC. O professor Heitor Soares afirmou que o problema da pós-graduação
151 não era trivial e envolvia riscos de decisões precipitadas. Ele disse que os trabalhos estão andando
152 corretamente, chegando a um consenso, e que não se sabe com exatidão o tamanho do problema. O
153 professor João Raphael argumentou que estava faltando a apresentação de um relatório parcial pela
154 comissão à Plenária do IC. O professor Balduino Fonseca enfatizou que não fazia parte da
155 comissão, mas como integrante do Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI) estava
156 interessado no crescimento da pós-graduação do IC como um todo e tinha esperança de haver
157 solução, para o crescimento do Instituto. O mesmo docente também reclamou da ausência de
158 respostas em formato de relatórios parciais e questionou os motivos de impedimentos de reuniões
159 da comissão. Continuando, ele também indagou sobre a falta de apresentação de perspectivas e
160 justificou que os seus questionamentos são motivados pela sua angústia diante de incertezas
161 relacionadas ao destino da pós-graduação do IC. O professor Willy Tiengo também comentou sobre
162 a falta de apresentação formal de resultados pela comissão e colocou como proposta concreta de
163 solução a discussão do destino da pós-graduação do IC na próxima reunião plenária. O professor
164 Leandro Dias defendeu o direito de cobrança tendo em vista o cenário da pós-graduação do IC e o
165 contexto da falta de resultados da comissão. O professor Alan Pedro argumentou que a comissão foi

Atty J

166 bem montada e que as coisas estão evoluindo bem. O mesmo docente afirmou que, se o Instituto
167 delegou essa atribuição à comissão, restava ao IC acompanhar os trabalhos junto aos seus membros.
168 O professor Evandro Costa afirmou que não era a cobrança em si que incomodava, mas a
169 insinuação de que nada havia sido feito. Ele afirmou que na reunião passada ficou claro que algo foi
170 realizado e que a comissão precisava detalhar os possíveis tipos de fusão e os outros cenários. Na
171 oportunidade, o professor Heitor Soares manifestou insatisfação com a forma da cobrança dirigida à
172 comissão. Na sequência, o Presidente registrou a decisão acatada pelo Pleno de que o dia vinte e
173 cinco de maio será o *deadline* para a discussão do relatório da comissão. Em seguida, o Vice-
174 Diretor explanou sobre os critérios relacionados à substituição do cargo de direção. Ele apresentou
175 o contexto da licença para capacitação do Diretor do IC e informou que o professor Evandro de
176 Barros Costa assumiu a Vice-Direção do IC, na condição de substituto *protempore*, de acordo com o
177 Regimento da UFAL, seguindo os critérios do decano e da titulação para substituição em função
178 executiva da unidade acadêmica. Dando continuidade, o Presidente pediu ao discente Alfredo Lima
179 Moura Silva para falar do seu pedido de esclarecimentos referentes à oferta da disciplina Princípios
180 de Comunicação (PCOM), justificando a inserção desse assunto na pauta pelo atendimento ao prazo
181 regimental. Na oportunidade, o aluno Alfredo Lima fez um relato das circunstâncias envolvendo a
182 falta de docente para ministrar a disciplina PCOM, considerada por ele um desrespeito aos quatro
183 alunos de Engenharia de Computação matriculados na referida disciplina. O mesmo discente disse
184 que tanto a coordenação do curso quanto a direção do IC sabiam dos problemas de alocação de
185 professor e não procuraram os referidos alunos para informar quem assumiria a disciplina.
186 Continuando, questionou desde quando se sabia que a disciplina PCOM ficaria sem professor e
187 salientou que havia procurado o Diretor do IC para cobrar uma solução e torná-lo ciente de que o
188 então coordenador do curso não iria resolver a situação da oferta da disciplina. Ele reclamou de não
189 ter recebido em tempo hábil a informação de que a disciplina ficaria sem professor, para poder
190 substituí-la em sua matrícula por uma eletiva, apesar de ter falado com dois meses de antecedência,
191 e perguntou por que a Direção não tomou nenhuma medida preventiva. Dando continuidade, o
192 mesmo discente perguntou por que um professor substituto cujo contrato estava próximo de ser
193 encerrado foi alocado à disciplina PCOM. Respondendo aos questionamentos do aluno, o Vice-
194 Diretor disse que não tinha conhecimento da situação e afirmou que o professor Tiago Vieira
195 precisou assumir a disciplina Robótica, a qual estava sem professor. O Presidente justificou que foi
196 necessário reorganizar a distribuição de disciplinas do curso por motivo de desligamento de outro
197 docente do quadro de Engenharia de Computação. Na sequência, o aluno Alfredo Lima perguntou
198 que medidas seriam tomadas para evitar o cancelamento da oferta da disciplina PCOM. O Vice-
199 Diretor falou das dificuldades decorrentes da quantidade reduzida de docentes para o quadro de
200 disciplinas profissionalizantes de Engenharia de Computação. O professor Thiago Cordeiro alertou
201 para o risco dessa situação gerar precedente para professores apresentarem alegações e não
202 ministrarem disciplinas para as quais foram concursados e enfatizou que na ocasião da oferta de
203 PCOM o problema na alocação existiu por falta de docente, mas isso não poderia se repetir. O
204 professor Ícaro Bezerra concordou com os questionamentos do aluno e com a argumentação do
205 professor Thiago Cordeiro quanto ao precedente e se dispôs a cooperar para não deixar os alunos
206 no prejuízo. Após discussões, o professor Heitor Savino informou sobre a decisão do colegiado de
207 cancelar a oferta da disciplina por estar no meio do semestre letivo e o professor inicialmente
208 alocado não ter ministrado nada, tornando inviável a continuidade da oferta nesse semestre letivo, a
209 qual resultaria em sobrecarga de professores e prejuízo aos alunos. O professor Baldoino Fonseca
210 questionou o motivo desse assunto ter vindo para a plenária e apontou como solução um
211 planejamento de oferta, sugerindo um consenso entre os alunos e o professor para definir um plano
212 de aula aproveitando o período de férias para conclusão da disciplina. O professor Fábio Coutinho
213 parabenizou o aluno Alfredo Lima por ter trazido a questão para a plenária e falou da falta de
214 planejamento da oferta de disciplinas. Ele citou os limites impostos pelo calendário acadêmico para
215 planejar a oferta e afirmou que cabia à Direção o planejamento da alocação de docentes dentro dos
216 períodos estabelecidos. O mesmo docente informou que seria possível o cancelamento da oferta da
217 disciplina, mediante justificativa à Pró-Reitoria da Graduação (PROGRAD), e argumentou que
218 compreendia o fato do assunto ter sido trazido à plenária, pela falta de solução na coordenação do
219 curso. O professor Willy Tiengo elogiou a iniciativa do Alfredo Lima e cobrou que os alunos
220 fiscalizassem, afirmando que esse tipo de ação ajuda a melhorar os serviços, uma vez que traz para

ATA

221 o Pleno a falha de planejamento no Instituto. Ele sugeriu uma solução administrativa entre alunos e
222 a coordenação. O professor Fábio Paraguaçu destacou que o caso estava na última instância da
223 unidade acadêmica e propôs continuar com a disciplina aberta, aplicar um plano de recuperação
224 alocando um novo professor e inserir as notas no sistema. O mesmo docente reforçou a proposta de,
225 ao invés de cancelar a oferta, resolver a situação com um programa de recuperação elaborado junto
226 à coordenação do curso. O discente Alfredo Lima afirmou que a situação chegou à plenária porque
227 a coordenação do curso, na ocasião, não era acessível e não resolvia nada. O professor Fábio
228 Paraguaçu reiterou a sugestão de resolver internamente com a coordenação, sem cancelar a
229 disciplina. O professor André Lage perguntou se foi aberta reclamação na Ouvidoria e apontou
230 possíveis prejuízos relacionados à dependência de matrícula em outras disciplinas. O mesmo
231 docente também citou aspectos referentes à importância do cumprimento do prazo de fechamento
232 de pagelas, considerando que o professor que assumir a disciplina terá que embasar a justificativa
233 do atraso e afirmou que julgava correto o procedimento de trazer essa situação para discussão no
234 Pleno. Seguiram-se discussões e pedidos de explicação e de solução para o problema envolvendo a
235 oferta da disciplina PCOM. O professor Willy Tiengo sugeriu encaminhar a demanda ao colegiado
236 do curso com um prazo para a apresentação de uma solução. O professor Heitor Savino reiterou a
237 informação da deliberação do colegiado do curso pelo cancelamento da disciplina. Em seguida, o
238 atual coordenador de Engenharia de Computação, professor Thiago Cordeiro, leu o requerimento do
239 Alfredo Lima, por meio do qual foi solicitada a análise da situação em pauta e providências. Na
240 sequência, o aluno Thiago Carvalho reapresentou o contexto da situação, esclareceu que a idéia de
241 trazer o problema em pauta para a apreciação do Pleno seria para abrir precedente no sentido de
242 evitar problemas futuros e defendeu a postura de julgar satisfatória a proposta de solução de
243 disponibilizar professor para ministrar a matéria, cumprindo um plano de recuperação. O professor
244 Davi Brito se comprometeu a ministrar a disciplina PCOM compartilhando a carga horária com o
245 professor Ícaro Bezerra. O professor Leandro Dias sugeriu registrar um pedido de desculpas aos
246 alunos. Dando continuidade, o Pleno aprovou, em votação, a revogação do cancelamento da
247 disciplina, com a abstenção do professor André Lage Freitas e mais três abstenções. O professor
248 Alcino Júnior destacou a importância do registro do pedido de desculpas para respaldar o aluno e
249 evitar retaliação. Na sequência, o Senhor Presidente relatou sobre demanda da Ouvidoria da UFAL
250 para dar informações sobre o processo de pedido de remoção da professora Raquel da Silva Cabral,
251 do Campus de Arapiraca. Na oportunidade, historiou sobre os processos de remoção e redistribuição
252 para o IC, informando que esse é o quarto pedido formal de remoção de Arapiraca para o IC. O
253 Vice-Diretor enfatizou que, conforme deliberação do Pleno, os procedimentos de remoção e
254 redistribuição para o IC ocorrerão exclusivamente por via de edital. Continuando, ele reportou que o
255 Instituto precisava responder à demanda da ouvidoria e solicitou discussões para o Conselho do IC
256 decidir sobre o processo de remoção da professora Raquel Cabral. Na oportunidade, informou que o
257 professor Marcus Braga havia respondido à referida docente por email, mas ela solicitou
258 informação à ouvidoria sobre o resultado do seu pedido de remoção. O professor André Lage
259 explanou sobre situações de remoção para o Instituto que não resultaram em deliberação de critérios
260 até hoje, desde a saída do professor Patrick Brito. Com relação a esse assunto, o Senhor Presidente
261 relatou que o Conselho do IC decidiu, em reunião plenária de 05 de fevereiro de 2018, que as
262 remoções e redistribuições para o Instituto ocorrerão através de edital. O professor Willy Tiengo
263 sugeriu despachar os processos de redistribuição e de remoção, anexando o extrato da ata referente
264 à deliberação do Pleno sobre esse assunto. O professor Evandro Costa reforçou a proposta de
265 responder a todas as demandas com a informação da decisão do Instituto, o que foi acatado pelo
266 Pleno do IC. Em seguida, o professor Thiago Cordeiro anunciou que a turma da disciplina
267 Matemática Discreta de Engenharia de Computação ficará sem professor no próximo semestre
268 letivo. E, não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual eu,
269 Marcelo de Gusmão, secretário, lavei a presente ata que passo a assinar com o Senhor Presidente.

270
271
272

Marcelo de Gusmão


Davi Bibiano Brito